

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ALÉM DA CONAE

Paulo Vinícius Santos Sulli Ludovice

Professor Me. da Rede Municipal de Educação de Palmas-TO

E-mail pavisasulu@gmail.com

Introdução do problema

Compreender que a história da política educacional no Brasil é permeada por descontinuidades e descumprimentos, nos ajuda a não criar ilusões com normas, decretos e leis, uma vez que existe uma distância objetiva entre a promulgação e a materialização. Esse afastamento é condicionado pela luta entre classes e frações de classes sociais. É bastante precisa a afirmação de Saviani (2017) quando identifica a política educacional brasileira com as seguintes características: protelação, fragmentação, improvisação e filantropia.

Isso não acontece por acaso, mas sim, porque em síntese, as políticas públicas educacionais existem sob duas circunstâncias bastante específicas; a) são legitimadas e reguladas pelo Estado burguês e b) são produtos e resultado das disputas e embates políticos entre as classes e frações de classes sociais. “[...] Os processos sociais fundamentais, nas formações sociais capitalistas, são aqueles que se travam entre agentes coletivos: classes sociais, frações de classe”. (SAES, 2001, p. 45-46).

Além disso, o Estado burguês na sociedade atual, é a instituição que organiza a dominação de uma classe social sobre as outras. Dominação essa que necessita inexoravelmente da existência e ação do Estado para se manter, visto que, a sociedade é cindida em classes e frações de classes em constante conflitos distributivos, Boito Júnior (2021).

Conforme Höfling (2001), as políticas públicas via Estado burguês, de forma geral, têm como base um duplo processo em que contempla, de um lado, os interesses políticos burgueses em sua primazia, e do outro, parte das necessidades e exigências das classes trabalhadoras por meio das reivindicações e mobilizações.

Desenvolvimento

A atual conjuntura da política educacional brasileira é consequência de um golpe de Estado que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e continua sendo determinada pelos retrocessos provocados pelos governos de Michel Temer (MDB) e de Jair Bolsonaro (PL).

No campo educacional, verificamos alguns fatos que ratificam essa afirmação como a Reforma do Ensino Médio (REM), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os projetos da “escola sem partido”, o Programa Nacional das Escolas Cívicas-Militares (Pecim), as sucessivas tentativas de implantação da “educação domiciliar”, descumprimento do PNE (2014-2024), avanço e complexificação do processo de privatização do financiamento educacional e os efeitos dos sucessivos cortes e desinvestimentos no financiamento da educação pública.

Outra implicação sobre a política educacional brasileira advinda da gestão corrosiva do governo Bolsonaro, foi a preparação e condução da Conae 2022, passível de questionamentos tanto no que diz respeito ao diagnóstico e formulação, quanto ao processo de esvaziamento da participação popular, o cumprimento pró-forma da legislação e desmobilização da sociedade pela implementação do atual PNE.

Como demonstra Ludovice (2023), a construção, a aprovação e a implementação de um PNE contém limites e contradições típicas da sociedade de classe que o formula. A excessiva demora na tramitação e o conteúdo contraditório são sempre consequência dos conflitos de interesses divergentes, por vezes antagônicos, entre as classes e frações de classes sociais no que diz respeito, principalmente, aos rumos do financiamento público da educação, uma vez que, é o financiamento público para educação pública de gestão pública que faz do plano, um Plano Nacional de Educação.

O texto do PNE (2014-2024) acabou cumprindo a função política de selar, por meio de concessões dúbias, um compromisso político precário e provisório entre diferentes frações de classes sociais, tendo como objetivo a reorganização de uma mesma hegemonia de fração de classe, no caso a hegemonia da burguesia interna, Ludovice (2023).

O último balanço do PNE (2014-2024) produzido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) em 2023, aponta que 85% das metas não foram cumpridas, 65% estão em retrocesso, 35% tem lacuna de dados e 15% das metas foram parcialmente cumpridas. Historicamente os Planos carregam a herança dos Planos anteriores, não é

diferente com o atual PNE (2014-2024) e provavelmente não será com o PNE que estamos prestes a aprovar.

Tudo que foi exposto até aqui demonstra que é imprescindível que o debate, a formulação e as ações sobre a política educacional brasileira não secundarizem a análise e ação da política em âmbito geral, muito menos trate a política como um acessório dos condicionantes econômicos.

Conclusão

Mesmo com a mudança de governo e a sobrevida da democracia burguesa deteriorada, as consequências da política educacional das gestões pós-golpe de Estado de 2016 continuam sendo preservadas pelo Ministério da Educação (MEC) em seus aspectos mais essenciais, como destacamos anteriormente.

O que parece ser mais significativo, das alterações realizadas, foi o afastamento dos principais nomes do agrupamento neofascista (militares, igreja neopentecostal e os “olavistas”) que ocuparam cargos importantes na gestão bolsonarista.

No entanto, as fundações empresariais retomaram larga influência no interior do MEC, similar ao período de aprovação do PNE (2014-2024), vide as diversas agendas públicas e privadas com essas frações burguesas do campo educacional e a terceirização da agenda com organizações e movimentos sociais do campo educacional, em resumo, não há equilíbrio entre as forças políticas no debate interno no MEC.

Se formos levar em consideração a influência dos “Reformadores empresariais” Freitas (2018), nas secretarias estaduais e municipais de educação por todo Brasil, veremos que o PNE é marginalizado enquanto uma política de Estado, em detrimento dos pacotes de formação, sistemas de ensino, cursos, avaliações e currículos produzidos pelas empresas de ensino.

Frente ao exposto fica patente que existem limites concretos para materialização do PNE fora da organização e mobilização popular de massas. Tão vital quanto formular um PNE, que garanta o direito à educação para as classes trabalhadoras, é a construção de um caldo de cultura que possibilite novas mobilizações sociais pela aprovação e implementação do PNE saído da Conae (2024), o que não acontecerá se continuarmos apenas convocando, conferência, eventos e paralisações. É imprescindível construir um trabalho perene efetivo, cotidiano pela base das organizações e movimentos.

Manter um trabalho de resistência ativa que acumule forças não para datas festivas ou reivindicativas, mas um trabalho que se estruture em um tripé de organização, formação e lutas populares que ultrapasse os limites concedidos pelo Estado burguês.

Referências

BRASIL. Decreto 11697 de 11 de setembro de 2023. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11697.htm Acesso em 22. nov. 2023

BRASIL. Portaria nº 478, de 17 de março de 2023. Disponível em https://fne.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_n_478_de_17_de_marco_de_2023.pdf Acesso em 22. nov. 2023

BOITO JÚNIOR, Armando. O lugar do conceito de fascismo na teoria marxista do Estado. **Crítica Marxista**, n.53, p.11-32, 2021.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Balanço do Plano Nacional de Educação. Disponível em <https://campanha.org.br/acervo/balanco-do-pne-plano-nacional-de-educacao-2023/> Acesso em 22. nov. 2023

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, n. 55, p. 30-41 nov. 2001.

LUDUVICE, Paulo Vinícius Santos Sulli. **O financiamento da educação básica e os interesses das classes e 2023 das frações de classes burguesas no Brasil**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2023.

SAES, Décio. **Democracia**. 2º edição, Editora Ática, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. 5. ed. ver. e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017a.

SILVA, Wagner Pires *et al.* Reformismo em desencanto: as políticas públicas e o estado no capitalismo. **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/226/383>. Acesso em: 23 jul. 2020.